

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. Beatriz Medina; apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira. São Paulo: Boitempo, 2007. 137p.

Josaldo Lima Rêgo

Doutorando em Geografia Humana, FFLCH/USP

josaldorego@yahoo.com.br

A história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto do mundo.

Immanuel Wallerstein

Alguém disse que sou o último americano a viver a tragédia da Europa.

Ezra Pound

Uma importante leitura interpretativa vem sendo realizada a partir de análises que buscam entender a instituição do saber eurocêntrico como uma matriz legítima de compreensão de processos econômicos, culturais e políticos, desde a gênese do que chamamos de Modernidade. Trata-se de uma leitura crítica que se posiciona numa perspectiva particular de análise da realidade, que tem possibilitado a relativização, ou mesmo a inversão de práticas, assim como de significados de categorias, fundadas na subalternização da vida de povos que entraram em contato com as forças advindas da colonização. Como exemplo disso situa-se, hoje, no campo da epistemologia, a necessária produção de conhecimentos que levam em consideração a pluralidade de sistemas de produção de saberes, particularmente aqueles voltados para a natureza¹.

¹ Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula G. Meneses e João Arriscado Nunes - Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.32. A natureza, inclusive, tem figurado historicamente como uma metáfora da feminilidade, que na ideologia (da natureza) do pensamento ocidental consagrou uma perspectiva de dominação e romantização. Sobre a exterioridade da natureza fala Neil Smith quando analisa a forma como o pensamento ocidental opera de maneira dicotômica os conceitos de cultura (natureza humana) e natureza universal, de sujeito e objeto, criando uma natureza exterior que é “primitiva criada por Deus, autônoma; é a matéria-prima da qual a sociedade é construída, a fronteira que o capitalismo industrial freqüentemente faz recuar. Como árvores e rochas, rios e tempestades, a natureza está esperando para ser internalizada no processo de produção social” (Neil Smith, *Desenvolvimento Desigual*, Bertrand Brasil, 1988, p. 28). Ver também Clarence J. Glacken, *Huellas en la playa de rodas*:

Essa visão eurocêntrica, constituída em parte pela idéia de progresso científico e tecnológico da modernidade iluminista, tem sofrido fortes embates decorrentes da constatação de uma diversidade de leituras de mundo, expressas por meio de práticas sociais, ou de cosmogonias, orientadas por saberes chamados de tradicionais, indígenas, camponeses que se encontram, em muitos casos, frente a situações de conflito por legitimação de formas particulares de produção da vida. O discurso de globalização, a consagração de uma geopolítica neoliberal que orienta as políticas ambientais, a transformação da natureza em mercadoria e, por outro lado, as mobilizações por reconhecimento de identidades coletivas, por exemplo, compõem um campo de lutas em que podemos encontrar as fronteiras discursivas da moderno-colonialidade, num plano epistemológico de interpretação do mundo.

Immanuel Wallerstein, pesquisador do Departamento de Sociologia da Universidade de Yale (Estados Unidos), notório estudioso dos processos que direcionaram a formação de um sistema-mundo moderno², tem contribuído para uma interpretação das matrizes ideológicas do processo de globalização e instigado, de maneira relevante, outras leituras sobre a constituição da moderno-colonialidade³. Dentre as suas teses já defendidas, ancoradas na teoria de Karl Marx, consta a de que há uma unidade no sistema capitalista mundial, marcada, essencialmente, pela contradição trabalho e capital, onde a força de

Naturaleza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta finales del siglo XVIII. Barcelona: Ed. del Sebal, 1996; R. G. Collingwood, *A ideia da natureza*. Lisboa: Presença, s/d.

² The Modern World-System, obra publicada originalmente em três volumes em 1974, 1980 e 1989. [Ed. Port.: *O sistema mundo moderno*. Porto, Afrontamento, 1990-1994. 2v.]

³ Anibal Quijano and Immanuel Wallerstein. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. In: *International Social Science Journal*. Paris: UNESCO, n. 134, nov. 1992. Ver também um escopo de leituras orientadas pela crítica à constituição de um sistema-mundo moderno que consagrou o pensamento europeu como expressividade “legítima” de saber. Dentre alguns autores e obras é possível destacar: Homi K. Bhabha. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998; Anibal Quijano. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, In: LANDER, E (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, pp. 227-278; Boaventura de Sousa Santos (org.). *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; Arturo Escobar. *La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Barcelona: Grupo Editorial Norma. 1996; Arturo Escobar. O lugar da natureza e a natureza do lugar, In: LANDER, E (org.). *Op. cit.*, pp. 133-168; Carlos Walter Porto Gonçalves. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

trabalho, a terra e a natureza, por exemplo, perdem seu próprio valor intrínseco e se transformam em mercadorias⁴.

Sob esse signo canônico do poder do capital e dos laços (nem tão sutis) adornados em povos e territórios de, praticamente, todo o mundo, constituiu-se uma maneira bem peculiar de ordenamento do pensamento ocidental desde o século XVI, correspondendo também à base em que se erguem razões discursivas das ideologias que pregam a impossibilidade de um retorno ao eterno sentimento do mundo, perdido nas cosmogonias de povos e culturas que sofreram o peso do metal oriundo da formação desse mesmo sistema-mundo moderno-colonial.

O Colonialismo consagrou a hegemonia do pensamento eurocêntrico, fundado no projeto iluminista que pregou a fé inelutável na ciência e, de certa forma, nos deixou de herança um mundo representado por meio de dualismos (progresso/atraso, civilizados/bárbaros, cultura/natureza, interesses metafísicos/interesses militares, etc.). No entanto, acabou forjando no campo das visões de mundo do século XVI em diante, a perspectiva de leitura das outras racionalidades percebidas nas lógicas culturas subjugadas⁵.

Em *O universalismo europeu: a retórica do poder*, publicado pela editora Boitempo, Wallerstein caminha para uma leitura crítica das ideologias que têm legitimado as várias ações de intervenção política e cultural dos Estados-nacionais europeus sobre outras terras. Em outros termos, aponta que a formação do sistema capitalista mundial, na Europa do século XVI, foi propulsora de diversos processos de dominação econômica, cultural e política, em regiões que até então se constituíam em territórios estruturados por outros padrões de relações (As Américas e a Ásia – China, Índia, Pérsia e Império Otomano). E que o eixo em que se organizam tais processos de dominação tem sido, principalmente, a ideologia ancorada em premissas que apelam à paz, à democracia e à liberdade, como valores universais. Propõe, dessa maneira, que o universalismo europeu foi promovido por líderes pan-europeus na tentativa de defender os interesses do estrato dominante do sistema-mundo moderno.

⁴ Ver apresentação da obra por Luiz Alberto Moniz Bandeira, na qual é apontada a relação da leitura de Wallerstein com as perspectivas teóricas de Karl Marx, Rosa Luxemburgo e Leon Trotski.

⁵ Uma importante leitura desse processo aparece em Tzvetan Todorov. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Para tanto, Wallerstein indica três premissas que serviram/servem de apelo ao universalismo europeu: 1 - A política dos líderes do mundo pan-europeu, que defende os direitos humanos e promove a chamada democracia tem legitimado intervenções de caráter cultural e militar. 2 - A que acompanha o jargão do choque entre civilizações, onde se pressupõe que a civilização ocidental (européia) é sempre superior às outras porque se baseia em valores e verdades universais. 3 - Há uma afirmação da verdade científica do mercado, onde não “há alternativas” para os governos senão aceitar as leis de economia neoliberal.

Assim, o referido autor tenta demonstrar como avançar para um “universalismo genuíno”, “universalismo universal”, em contraposição ao “universalismo europeu”. Para ele estaria aí, nessa “luta” entre universalismos, um fator de importância estratégica para determinar como se estruturará o sistema-mundo futuro. Tal como as representações “legítimas” de poder que nos são impostas pelas ideologias dominantes (digo, a nós, do lado de cá da globalização, para usar uma paráfrase atual), a constituição do mundo moderno tem possibilitado aos diversos segmentos sociais e à diversidade cultural que lhe é pertinente, a visualização de contradições agudas no cerne de questões voltadas para a dimensão do plano político internacional contemporâneo (crise da crítica), situação entendida como uma espécie de proliferação dos híbridos, nas palavras de Bruno Latour⁶. Dessa maneira, o universalismo que pretende ser global, na visão de Wallerstein, em detrimento daquele europeu, deve valorizar o encontro de princípios humanísticos de reciprocidade e ao mesmo tempo de crítica às vias de mão-única que o poder dominante impõe aos grupos que historicamente estiveram posicionados como dominados. Situa-se aí, por exemplo, a crítica feita ao Orientalismo e a sua pretensão explicativa da cultura⁷.

O texto de *O universalismo europeu* está estruturado em tópicos em que o autor resgata as principais polêmicas disseminadas durante a expansão de valores culturais e políticos da Europa junto às outras partes do mundo. São discutidos, por exemplo, os argumentos que contribuíram para legitimar essa

⁶ Bruno Latour. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

⁷ Caso da crítica feita por Edward W Said em *Orientalismos – O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

expansão – que disseminou algo que seria a chamada civilização, fundada no ideário de crescimento e desenvolvimento econômico ou progresso como pertencentes a uma lei natural. Nesse ponto, a polêmica entre os argumentos que procuravam justificativas para condenar o sistema de conquista espanhola nas Américas ou mesmo para legitimar a escravização ameríndia, defendidos por Bartolomé de las Casas e Juan Ginés de Sepúlvera, respectivamente, mostra que desde o século XVI a posição dominante (vencedora dos debates) tem sido a de não respeitar as razões materiais e imateriais das sociedades conquistadas.

Nesse aspecto nota-se a legitimação de atrocidades pautadas no discurso de paz, de democracia e de liberdade. As invasões e as declarações de guerra contra o “terror” (contra os “bárbaros”), em favor da chamada democracia. Isso demonstra que, numa visão essencialista da realidade social, a retórica dos dominantes é ancorada em valores ditos universais.

Da dominação de sociedades ameríndias ao Orientalismo - que posteriormente povoou o imaginário europeu e aguçou os debates entre intelectuais durante o século XX – a modernidade engendrada pela legitimidade narrativa e militar dos poderes europeus ruma processos históricos de interrupção de outras dinâmicas culturais e políticas. Os saberes instituídos em confronto com a racionalidade europeia são provocados a tentar, nas palavras de Wallerstein, “recuperar a importância do homem e da humanidade nas decisões políticas e no caminho de uma verdadeira democracia vista como elaboração humana”, ou seja, caminhar no sentido de um “universalismo universal”.